

ENTREVISTA JÚLIO LANCELOTTI

Para esta edição da revista do Centro de Pesquisa e Formação, tivemos a oportunidade de conversar com o padre católico Júlio Lancellotti. Importante voz em defesa dos direitos humanos na cidade de São Paulo, o religioso está à frente de vários serviços de atendimento à população carente, dedicando-se principalmente às pessoas em situação de rua.

CPF: Como o senhor vê o crescimento de uma mentalidade intolerante e punitiva, a favor de mais rigor e encarceramento; a defesa ao amplo uso de armas; e o aumento dos grupos e das estruturas que corroboram para a legitimação da violência?

JL: Não acredito que isso seja novo. Essas questões fazem parte da história da humanidade, tendo se repetido muitas vezes ao longo do tempo. O caso mais recente e terrível é o Holocausto, quando milhões de pessoas foram exterminadas. Depois da Segunda Guerra e da Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948, acredito que fomos tendo pontos e contrapontos; uma afirmação de uma agenda e de uma legislação de posicionamentos em relação aos direitos humanos. Mas também desde a Segunda Guerra até os nossos dias quantos genocídios já vivemos? Quantas matanças? Quantas execuções? Tudo o que aconteceu na África? Na Ásia? O que acontece no Oriente Médio? E aqui, no Brasil? O massacre da juventude negra e periférica não é novo. Não surgiu agora. O que tem sido feito com os índios desde 1500? A escravização no nosso país foi a última a ser “abolida” e continua presente na vida do nosso povo. Então essa situação do encarceramento não é nova. Em relação às questões relacionadas à saúde mental, vejamos os hospitais de doentes mentais em Minas Gerais, o nosso próprio Juqueri aqui em São Paulo. Lembro quando, na minha infância, a gente falava do Juqueri como um lugar tenebroso.

Há quanto tempo deixou de existir a casa de detenção? O que são a Febem, os presídios, os Centros de Detenção Provisória (CDPs), as delegacias de polícia? Tivemos a ditadura ainda. Temos muitas pessoas desaparecidas por causa desse regime. A intolerância às pessoas LGBT. Não são coisas novas. Não começaram neste ano. Neste ano, talvez o que apareça de novidade seja um patrocínio e uma legitimação, e essa passa a ser uma posição quase que privilegiada ou, como se diria, a posição correta. Então, nesse sentido, mais do que um crescimento da violência, o que vemos é uma legitimação dela. Estão sendo legitimados a violência, o preconceito, a discriminação e o extermínio. E com elementos que facilitam. A anistia internacional e o próprio Ministério Público Federal

pediram a revogação do decreto que facilita a posse de armas. Eu vi agora que, de apenas um fabricante, há duas mil pessoas na fila para comprar um fuzil altamente sofisticado. E tivemos nesses dias aquela execução na Cracolândia... aquela moça que foi executada. Ela foi executada. Ela não recebeu uma bala perdida. Foi executada. E o catador em Santo André que foi executado e agora há notícias de que quem o executou é uma pessoa colecionadora de armas. Então, nesse sentido, facilitam-se e legitimam-se a violência, o extermínio, a perseguição a ponto de um morador de rua poder ser a qualquer momento alvejado porque ele está ocupando a porta da minha casa, espaço público. Vivemos um momento em que o que percebo é que o Brasil disparou o alerta máximo.

CPF: Apesar de ser ameaçado de morte, o senhor se recusa a receber segurança armada. Por quê?

JL: Seria um contrassenso eu querer segurança armada justamente se são os defensores das armas que me ameaçam e me atacam. Depois, como eu convivo com a população de rua? Como vou conviver com a população de rua sendo escoltado? Não vou conseguir. E a minha defesa não é uma defesa pessoal, de uma escolta para mim. Eu defendo que os moradores de rua sejam tratados com dignidade.

CPF: Qual sua visão sobre a organização espacial da cidade de São Paulo e os seus impactos em termos de exclusão ou de inserção da população periférica, mais vulnerável e mais pobre? Quais são os novos mecanismos de exclusão na cidade?

JL: A cidade é a vitrine da modernidade; a cidade é de contraste. É uma cidade cheia de *apartheids*. Um lugar em que embora haja sistemas viários de comunicação, não há sistemas vitais de comunicação. Você pode viver na cidade de São Paulo a vida inteira e nunca ir ao Jardim São Luís. Não saber nem onde é. Não saber onde é o Jardim Brasil. Não saber onde está a Cidade Tiradentes. Você pode viver aqui a vida toda e, como disse há um tempo uma pessoa importante, não saber onde é o Minhocão, nunca tê-lo visto. A cidade se mostra e se esconde, e há espaços elitizados, espaços fechados. O morador de rua dificilmente entra em um *shopping*, em um banco, em igrejas. É vetado. Um garoto da favela dificilmente vai conseguir entrar no Colégio Bandeirantes ou no Colégio São Luís. Eles não conhecem esses espaços ou determinados museus ou casas de show. Quem do povo entra no teatro da Porto Seguro? São lugares muito fechados, muito blindados. A cidade hoje tem um número de moradores de rua superior ao de quatrocentos e vinte municípios do Estado de São Paulo. Aqui a miséria está muito explícita. Como diz o Papa Francisco,

o modelo neoliberal fabrica pobreza e quer esconder os pobres. Então há na cidade muitas ocupações, muitas habitações coletivas, ocupações muito grandes em que estão muitos migrantes, muitos refugiados. Há ocupações no centro da cidade em que chega a ter duas mil pessoas. Há um subsolo São Paulo por onde circulam muitas pessoas. Por exemplo, há muitos espaços inimagináveis onde as pessoas vivem e sobrevivem, como à beira de linhas de trem. Quem conhece a favela do Moinho sabe o que significa aquilo.

CPF: O senhor acompanha pessoas em situação de rua há muito tempo. É possível identificar mudanças na forma como elas reproduzem suas vidas diariamente? Quais são as táticas mobilizadas para tornar a rua habitável?

JL: Olha, o povo da rua até fala uma coisa muito interessante. Eles dizem: “Eu não moro na rua. Eu moro na calçada, porque se eu morasse na rua o carro já tinha me atropelado”. Porque uma das características de São Paulo é ter o carro como a “pessoa” mais importante da cidade. É uma coisa terrível de se pensar. O carro foi elevado à condição de humano. Riscar um carro chama muito mais atenção do que se alguém dar uma paulada na cabeça de um morador de rua. Todo o sistema viário da cidade é para o carro. Basta andar no metrô, especialmente em determinados horários, para ver como o povo é tratado. É desumano. É desumanizador. Tudo na cidade é feito para punir o pobre e para privilegiar uma elite. É dramático ver na cidade a solidão, o abandono, a fome, a dor, a miséria, as pessoas esquecidas, negadas, a violência, a agressão... Tudo isso está muito presente.

Os moradores de rua vão estabelecendo laços, ligações. E todo o sistema de “políticas públicas” desenraiza as pessoas. O Estado como agente territorializador pode destruir as territorialidades prévias. A população de rua busca sentido, significado, laços, ligações com o espaço e com as pessoas que fazem parte dele. O espaço, ele nunca é só físico, mas social também. Esse espaço é muito importante porque eles vão buscando formar grupos, vão formando grupos que se protegem, grupos que se guardam, grupos que de certa forma são segurança uns para os outros. A população de rua é atingida pela polícia militar, pela guarda civil metropolitana, pelos agentes de segurança autônomos, pela polícia civil e por vários grupos muito parecidos com as chamadas milícias. Por que essa população aumenta? Esse é um fenômeno não só do Brasil. Nova York tem sessenta mil moradores de rua; Los Angeles, quarenta mil; São Paulo, mais de vinte mil, talvez chegando aos vinte e cinco mil. Os números são maiores em Roma, em Tóquio. O que isso sinaliza? É aquilo

que o Papa Francisco diz no *Evangelii Gaudium*: o descarte. É a lógica do sistema neoliberal. Esse sistema tem uma lógica que é a do descarte. A população que está na rua é a população que está descartada. Aqui em São Paulo, por exemplo, cada dia aumenta mais o número de jovens, de pessoas que estão procurando trabalho. Só que a permanência na rua vai degradando as condições da pessoa, físicas e mentais.

CPF: Quais são as principais causas do aumento do número de pessoas vivendo nas ruas? O senhor também acompanha a trajetória de ex-moradores de rua da cidade de São Paulo?

JL: Algumas pesquisas, como a que foi feita pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), informam que *problema familiar* é a principal causa do aumento do número de pessoas vivendo nas ruas. Mas nenhum fator explica tudo. Por exemplo, temos treze milhões de desempregados no Brasil, mas eles não estão todos na rua. O desemprego é um fator. A questão emocional, a questão da saúde mental, a questão do grupo familiar, a questão da rede de proteção que a pessoa tem são outros fatores. Então é um conjunto de perdas. A pessoa vai perdendo...vai perdendo laços, vai perdendo vínculos. Até que na rua ela vai perdendo a bagagem, perdendo os documentos, perdendo a identidade. Chega a ter gente que está há tanto tempo na rua que não sabe mais dizer de onde é, quantos anos tem e onde está a própria família.

CPF: Qual aspecto dos direitos humanos é o mais urgente a ser defendido atualmente?

JL: Os direitos humanos são indivisíveis. Não dá para dizer que você defende mais uma coisa do que outra. Neste momento, claro que a existência de moradores de rua está em alto risco. Moradores de rua, jovens negros, grupos LGBT, mulheres descartadas estão todos na linha de tiro. São todos alvos a serem atingidos. Acredito que a grande dificuldade que temos neste momento é a explicitação dessa cultura de violência, que é cada vez maior e tem sido acentuada pela flexibilização da posse de armas e pelo aumento da intolerância. No fundo, temos que defender a humanização da vida, defender um sistema que, como também aponta o Papa Francisco, seja ecologicamente integrado: o mundo e a pessoa. A pessoa no mundo em que ela vive.

CPF: Na última década, a cidade de São Paulo foi impactada pela chegada crescente de migrantes, muitos dos quais foram atendidos em sua paróquia. Como avalia a atual situação da população migrante neste novo contexto político e econômico?

JL: Estamos vivendo um momento xenófobo. O momento dos muros, o momento da intolerância, e as ondas migratórias e de refugiados estão fortes nestes últimos tempos no mundo. Não é um fenômeno só no Brasil. Está ocorrendo também na Europa, na África, na América Central e em outros lugares da América do Sul, como a Venezuela. Mas isso é resultado desse tipo de globalização. Há uma intolerância muito grande e de certa forma um incômodo. Veja a situação dos bolivianos aqui na cidade de São Paulo. Há muita variedade. Não dá para dizer que existe apenas um grupo boliviano. Os bolivianos também se subdividem em vários grupos e eles têm as suas raízes étnicas, mas há também aqueles que se associam e exploram seus semelhantes, os seus irmãos, pessoas da sua própria etnia. Creio que com o chamado “desenvolvimento” que vivemos, essa movimentação migratória continuará muito presente no mundo, cruzando com outros fatores econômicos, políticos, demográficos. Vivemos situações muito difíceis, e é preciso encontrar uma nova forma de viver e conviver.

CPF: Poderia comentar o emprego de mão de obra de moradores de rua na montagem de palcos de eventos culturais?

JL: Temos colocado a público que a população de rua de São Paulo é mão de obra barata, desempenhando um trabalho muito semelhante ao trabalho escravo. Para montar palcos como os do Lollapalooza, da Virada Cultural e do Allianz Park, por exemplo, essas pessoas recebem cinquenta reais ou menos por doze horas de trabalho, em condições inadequadas, sem nenhuma segurança trabalhista, sem nenhuma proteção de saúde, sem nenhuma proteção ao trabalho, o que é uma indignidade. É impossível para eles sobreviverem com essa quantia. Carregam estruturas que são chamadas “estruturas duras”. Muitos dizem para mim: “Ah, você acha que o cantor vai vir lá dos Estados Unidos para cantar em um palco montado por moradores de rua?”. Não. O morador de rua faz a estrutura dura, os técnicos fazem a parte do som, da iluminação, etc. A parte pesada do trabalho é que é feita pelos moradores de rua. Creio que não podemos esconder isso. Os moradores de rua estão recebendo menos de cinquenta reais por doze horas de trabalho. O que é uma indignidade e é impossível para eles sobreviverem com essa quantia. Hoje todos veem o aumento de catadores na cidade. Há um aumento muito grande de catadores porque essa se tornou uma forma de sobreviver. Eu sempre lembro quando você falou das formas de sobreviver e da cidade, etc... aquilo que é dito no *Auto da Compadecida*: a malandragem é a esperteza do pobre. Se o povo não tiver um jogo de cintura para sobreviver às estruturas de massacre, de extermínio e de violência. São pesadas demais. São asfixiantes. Ainda assim, esse

povo canta, dança, joga, ri, teima em viver. De manhã eu convivo com muitos... Passam pela paróquia cento e cinquenta, duzentas pessoas de rua toda manhã e eu fico surpreso... A gente vai procurando humanizar muito a relação, mas a ansiedade deles para tomar um copo de leite... Como eu tinha ganhado muito chocolate na Páscoa, eu fui partilhando os chocolates com eles. Coisas que eles não veem mais.

Especialmente os moradores de rua, ninguém vai dizer para eles: “Que bom que você veio”; “Que bom te encontrar”; “Que bom falar com você”; “Que bom que você está aqui”; “Eu fiquei feliz em te ver”; “Obrigado por você estar aqui”. Quem fala isso para eles? O que eles ouvem é: “Sai daqui, lixo! Vai embora daqui! Por que você está aqui? Aqui não é seu lugar! Você é um vagabundo!”. Falei isto nas mídias sociais e acabou chegando a grande mídia: aqueles que vocês chamam de vagabundos montaram os palcos dos eventos em que vocês foram se divertir.

CPF: Há um projeto de sua coordenação que visa proteger os LGBT que vivem nas ruas, não é?

JL: O grupo LGBT é um grupo que cresce muito na rua. É um grupo muito sofrido, muito discriminado, muito ferido. É um grupo com o qual convivemos muito e em muitas possibilidades. Essas pessoas ficam surpreendidas que não vetamos o acesso a roupas femininas para elas. Podem ter acesso a roupas femininas. Respeitamos o seu nome social e também temos grupos específicos na defesa desse direito, além de cobrarmos muito da população de rua como um todo a superação de todo tipo de homofobia, de transfobia. Em nosso projeto dos consultórios de rua, estão muitas mulheres trans. Muitas vezes perguntam para mim: “Ah, mas você é padre. Não vai dizer que somos do diabo, que somos pecadores, que somos condenadas?”. Claro que não! Vocês são amadas de Deus e têm de ser protegidas, defendidas como todas as pessoas. É um segmento muito presente na rua e muito vulnerável e que, portanto, precisa de muito apoio.